



**ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público presente, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia. *“Ata da Centésima Décima Quinta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata Cento e Quarenta e Cinco da Centésima Décima Quarta Sessão Ordinária. Pelo Senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 2.782/2025, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Ofício nº 652/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios nºs 49.832, 49.840, 49.848, 49.921, 49.924, 50.147, 50.153, 50.157 e 50.160/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.127/2025, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.910 e 1.911/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Carta nº 1.370/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul; Carta nº 1.401/2025, da Águas Guararoba. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Renato Câmara, Paulo Corrêa, Junior Mochi, Zeca do PT, Pedrossian Neto, Lia Nogueira e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Caravina, Paulo Duarte e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra a deputada Gleice Jane. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nºs 13/2025, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 265/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira; Projeto de Lei nº 278/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 163/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Lei nº 209/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 299/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 9/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 251/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Frei Gilson, parabenizando-o pelo relevante trabalho de evangelização e*

*divulgação da fé cristã por meio da música, que tem transformado vidas e fortalecido a espiritualidade de milhares de fiéis em todo o país; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, em especial ao terceiro-sargento BM Adriano Brito Marques, integrante do Nono Grupamento de Bombeiros Militar/São Gabriel do Oeste, pela atuação exemplar em resgate de alto risco realizado na madrugada do dia 22, ocasião em que salvou a vida de um jovem que atentava contra a própria integridade física ao subir em uma torre de serviços de internet no centro do município; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, pela comemoração dos noventa anos da Catedral Diocesana, localizada no município de Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Batalhão de Choque, subtenente PM Flávio Andrade da Silva, cabo PM Carlos Alberto Cristaldo Lopes, cabo PM Luís Pedro Gasparetto Neto e o soldado PM Chrystian Fites Campuzano, por sua atuação tática e decisiva em operação de alto risco realizada em Ponta Porã, que culminou na neutralização de foragidos da Justiça ligados à facção criminosa; indicações, de autoria dos Deputados Gleice Jane, Coronel David, Caravina, Antonio Vaz, Zé Texeira, Renato Câmara e Mara Caseiro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário deputado Paulo Corrêa para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 10 de dezembro de 2025: Ofício nº 193/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 4601/2025); Ofícios nºs 50.177, 50.316, 50.319 e 50.325/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Gleice Jane, Paulo Corrêa e Zeca do PT (Prot. nºs 4731, 4834/2025); Ofício nº 6841/2025, da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Caravina (Prot. nº 4455/2025); Carta nº 1.414/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Caravina (Prot. nº 4480/2025); e-mail da senhora Rosa Maria da Silva, respondendo à moção de congratulação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 4728/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos as seguintes presenças: Mirelle Piva, vereadora do município de Alcinópolis; Weliton Guimarães, prefeito do município de Alcinópolis; Valdeci Passarinho, presidente da Câmara Municipal de Alcinópolis; Rosângela Marçal Paes, vereadora do município de Costa Rica; Doreli Portella, vice-prefeito do município de Laguna Carapã. Com muita alegria, queremos registrar e parabenizar a deputada Gleice Jane, que está no plenário virtual, pelo seu aniversário. E um cumprimento especial ao vereador de Campo Grande, Professor Riverton, o “Danadinho da Rádio Difusora”, pelo aniversário. Passemos à **Segunda Parte** do



Pequeno Expediente. Antes, gostaria de fazer um agradecimento muito especial ao deputado Paulo Duarte, que está aqui representando os demais deputados da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e um agradecimento muito especial ao deputado Junior Mochi, que passou por um procedimento cirúrgico, ontem, e fez questão de estar presente hoje. Começou, inclusive, presidindo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, depois, passou a presidência para o deputado Paulo Duarte. É um deputado que honra esta Casa e se fez presente, fez os votos para que a gente possa concluir os trabalhos deste ano. O nosso agradecimento especial a toda a CCJR, em especial ao deputado Junior Mochi. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, quero apresentar uma indicação deste Poder à senhora Camila Nascimento de Oliveira, secretária municipal de Assistência Social e Cidadania, solicitando que sejam adotadas medidas urgentes para manutenção completa da piscina e dos equipamentos utilizados pelos frequentadores do Centro de Convivência de Idosos Vovó Ziza, espaço que atende aproximadamente noventa idosos e idosas diariamente. Os frequentadores buscaram o nosso mandato, denunciando a falta de manutenção da piscina do local. É importante destacar que, somente nas atividades de hidroginástica, funcionam cinco turmas com cerca de quarenta pessoas idosas cada, demonstrando a grande demanda e a relevância desse serviço para saúde física, mental e social da população idosa de Campo Grande. Segundo os relatos, durante o ano de 2025, não houve manutenção adequada da piscina, dos filtros, bombas, demais estruturas essenciais e essa ausência de cuidados gera apreensão entre os frequentadores e profissionais, que temem riscos de contaminação, doenças de pele e outros problemas de saúde, especialmente considerando que se trata de um público mais vulnerável. Diante disso, solicitamos medidas urgentes para que se proceda à manutenção imediata da piscina, incluindo limpeza, análise, tratamento da água, bem como a garantia de manutenções periódicas, assegurando a continuidade e a qualidade das atividades oferecidas. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Gerson Claro, demais colegas, todos que nos acompanham através da Rádio e TV Assembleia e os que presencialmente estão aqui no Plenário. Encaminho uma moção de pesar aos familiares do Jornalista Edson Godoy, na pessoa da sua irmã Maria Aurora Godoy, em razão do seu falecimento ocorrido nesta terça-feira, dia 9 de dezembro, na cidade de São José dos Pinhais, Paraná. Edson Godoy foi um jornalista emblemático, tendo exercido a profissão em vários órgãos de imprensa do Estado de Mato Grosso do Sul, como TV Morena, TV Educativa e TV Record, onde deixou expressiva marca e legado no setor de jornalismo. Também atuou em assessorias de comunicação social de campanhas políticas, foi candidato a vereador, candidato a deputado estadual e exerceu a função de vice-presidente municipal do PSC. Em 2014, foi nomeado superintendente de Comunicação Social da prefeitura de Campo Grande e, posteriormente, assumiu o cargo de adjunto da



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedesc). Foi um grande amigo, pessoa que frequentou muito a minha casa, a casa dos meus pais e, ontem, aos cinquenta e oito anos foi vítima de infarto e acabou perdendo a sua vida. Então, senhor presidente, é o que tinha para esta manhã, pedindo a Deus que dê força e alento aos familiares e aos amigos que tiveram o privilégio de conviver com ele em Campo Grande e no estado. É o que tinha. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma moção de pesar (Prot. nº 05019/2025). De autoria do deputado João Henrique: duas moções de pesar (Prot. nºs 05015/2025, 05016/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 05014/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: seis indicações (Prot. nºs 05013/2025, 5012/2025, 5009/2025, 5008/2025, 5007/2025, 5006/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 5011/2025). De autoria do deputado Londres Machado: um projeto de lei (Prot. nº 5025/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 05020/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 5010/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de pesar (Prot. nº 05021/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 05005/2025, 5004/2025, 5003/2025, 5002/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 5018/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 5017/2025).). Há vários deputados no plenário virtual. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Está viajando. Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, não poderia deixar de usar a tribuna nesta Sessão para comentar sobre o que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados. Penso que foi uma vergonha para o nosso país o que aconteceu. É uma vergonha para a Câmara dos Deputados e demonstra que ali tem gente que só pensa em livrar a cara do Bolsonaro. Essa é a única preocupação que muitos têm. Olha o absurdo, o casuísmo de mudar a legislação, com essa dosimetria, para beneficiar uma pessoa que atentou contra a democracia e tentou dar um golpe de Estado no Brasil. É um casuísmo de um tamanho que chega a causar vergonha, só que muitos ali não têm vergonha na cara, eles fazem as coisas na cara dura e tentam ainda passar uma imagem de normalidade, "que é isso mesmo". Vejam, ontem, na calada da noite, uma votação dessas, que passou para a sociedade a ideia de que está liberado dar golpe de Estado no Brasil. O exemplo que a Câmara dos Deputados deu foi: podem tentar golpes de Estado que depois não vai acontecer nada com vocês, comparando o crime de atentar contra as instituições democráticas a um crime de ladrão de galinha, com o mesmo peso, com a mesma gravidade! Alguém que rouba a galinha do vizinho comete

um crime com a mesma gravidade de alguém que tenta dar um golpe de Estado, abolir o Estado de Direito Democrático e atentar contra nossa democracia? Isso é uma vergonha! Aquele presidente da Câmara, Hugo Motta, passa um péssimo exemplo para a sociedade e, ontem, passou dos limites quando o deputado Glauber Braga, que está para ser cassado, sentou-se na cadeira da presidência da Câmara para protestar, igual aos bolsonaristas, golpistas, fizeram. O presidente mandou cortar a transmissão, retirar todos os jornalistas do Plenário, escureceu tudo e mandou a Polícia Legislativa arrancar à força o deputado Glauber Braga da cadeira da presidência. Não estou falando que concordo com o fato de o deputado ter sentado na cadeira da presidência e ter protestado. Não concordo! É a mesma coisa que alguém, que tivesse problema na Comissão de Ética, sentasse-se na cadeira do presidente e falasse: "Aqui não vai ter mais sessão enquanto não resolver o meu problema". Não é assim! Na Câmara, há dois pesos e duas medidas; por se tratar de um deputado de esquerda, corta o sinal da TV, expulsa os jornalistas, arranca o deputado à força e o joga fora do Plenário. Quando foram aqueles golpistas, que ocuparam a Mesa Diretora, golpistas bolsonaristas, fascistas, entre eles um deputado de Mato Grosso do Sul, ficaram negociando e dialogando. Deram quarenta e oito horas para eles desocuparem a cadeira do presidente da Câmara. Olha só, dois pesos e duas medidas. Isso é uma vergonha para o nosso país! A população brasileira, no ano que vem, vai às urnas e eu faço um apelo aos eleitores, tenham mais consciência na hora de escolher um deputado federal e um senador, porque, hoje, mais da metade é de bandido e de gente que quer proteger bandido na Câmara dos Deputados. Na hora de votar um projeto que interessa ao povo brasileiro, é a maior dificuldade, o presidente da República tem que liberar emendas parlamentares para os deputados votarem, algo que é uma obrigação deles votarem.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permita-me um aparte, nobre deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Tenho muita coisa para falar, deputado; só se Vossa Excelência esperar um pouco. Na hora de votar um projeto que interessa... Por exemplo, a votação do projeto que isentou quem ganha até cinco mil reais de pagar Imposto de Renda, foi a maior dificuldade, teve que liberar emenda parlamentar para o deputado votar. É uma vergonha. Agora, para liberar, porque foi uma anistia que deram ao Bolsonaro, ele pode passar dois anos preso e ir embora para casa. Um homem que fez tanto mal para esse país, responsável pela morte de setecentos mil brasileiros na Covid, um homem que implantou o ódio... Ontem, estávamos falando da violência contra a mulher, que, tenho certeza, aumentou neste país por causa desse ex-presidente que incentivou o machismo, que agrediu as mulheres, que agrediu os negros, que agrediu os LGBTs. Esse homem plantou esse ódio na sociedade e eu digo para vocês: extirpem! Ele é um câncer! Bolsonaro é um câncer metastático, tiraram o tumor, mas, a metástase já aconteceu, está aí na sociedade — 25% da população —, o homem que acha que pode bater na mulher, que pode matar a mulher. De onde vem esse pensamento? Quem incentivou esse comportamento? E a Câmara dos Deputados quer passar o pano para ele! Onde já se viu uma pessoa cometer um crime e a Câmara dos Deputados passar três anos discutindo como livrar a cara dessa pessoa, que foi condenada e a Câmara quer



"descondenar". Sobre o episódio do Glauber Braga, a rapidez em que se decidiu por cassar o mandato dele, que é de esquerda, que foi agredido por um jovem do MBL, perdeu a paciência e deu um sopapo nele na rua... Olhem o absurdo, a deputada Carla Zambelli, do PL do Bolsonaro, está condenada a dez anos de prisão, porque invadiu o Sistema do Conselho Nacional de Justiça, além de perseguir uma pessoa armada na rua, igual a uma pistoleira, essa deputada está condenada e fugiu do Brasil, foi para Itália para se esconder. Bolsonarista é tudo assim, é covarde, se der uma brecha, eles fogem. Só que ela está presa na Itália, mas, sabem o que é vergonhoso? Ela continua deputada federal, a Câmara não a cassou ainda e é disso que se trata. Estou dizendo que um deputado de esquerda quebrou o decoro parlamentar e vai ser cassado, enquanto a mulher que está condenada e está foragida continua deputada federal. Alexandre Ramagem, deputado do PL do Bolsonaro, condenado a dezesseis anos de prisão por participar da trama golpista... Sabem o que está acontecendo com ele? Ele está nos Estados Unidos. Fugiu! Mais um fujão. Fugiu pela Guiana e depois foi para os Estados Unidos e continua com mandato de deputado federal! O homem foi condenado a dezesseis anos de prisão por atentar contra a democracia do Brasil e ele ainda tem um apartamento funcional em Brasília! Ele tem assessoria e o mais grave: está liberando emenda parlamentar, continua deputado federal! A Câmara não cassa! Demora... Outro caso interessante, Eduardo Bolsonaro, filho do golpista maior, desde março deste ano está nos Estados Unidos conspirando contra a economia do Brasil, fazendo de tudo para o Governo Trump prejudicar a economia do Brasil, para conseguir uma anistia para o pai dele e continua deputado federal. Está há dez meses nos Estados Unidos tentando prejudicar o Brasil. A Câmara cassa? Não! Agora vai cassar por falta, o presidente Hugo Motta vai determinar a perda do mandato dele por falta. Não é por ele ter ido lá conspirar contra o Brasil, não. É por falta. Sabem o que significa isso? Quando um deputado perde o mandato por falta, ele continua elegível, ele não fica inelegível. É uma palhaçada! É uma palhaçada que ficamos assistindo pela televisão a um deputado vagabundo — porque não trabalha, ficou recebendo salário nos Estados Unidos, fugido, vagabundo — que a Câmara não cassa. Sabem o que eu acho que o Hugo Motta está querendo? Um movimento de rua forte, defendo que o povo tem que ir para rua, mais uma vez, e gritar bem alto: "Congresso, inimigo do povo brasileiro". Como aconteceu quando a Câmara votou a "PEC da Vagabundagem", a "PEC da Bandidagem", a "PEC da Blindagem" e teve que voltar atrás, com rabinho entre as pernas, porque o povo foi para as ruas dizendo que não aceitava isso. Não aceitamos que o Congresso vote uma PEC para blindar os bandidos da Câmara dos Deputados. Temos que ir para rua de novo e falar que esse PL da Dosimetria é uma vergonha! O Supremo Tribunal Federal abriu um processo, com pleno direito de defesa aos acusados, os condenados de 8 de janeiro tiveram a oportunidade de fazer um acordo na Justiça para não serem presos. Deram essa oportunidade, chamaram o pessoal e falaram: "Você paga uma multa, fica sem atuar nas redes sociais". Havia umas condicionantes e pronto. Boa parte não aceitou, preferiu ser condenado a quatorze, dezessete anos de prisão. Agora, ficam chorando para reduzir a pena. Acho que deveriam ser condenados ao dobro, a trinta e quatro e prisão perpétua para Bolsonaro. Não reduzir a pena. Fico indignado e faço esse desabafo, porque, ontem, assistindo à televisão, não acreditei que teriam essa cara de pau de votar uma matéria dessa. É impressionante! Ali tem deputado protegido, deputado ligado ao crime organizado,

deputado que é financiado pelo banco Master, que está sendo investigado agora. Aliás, achei um escândalo o ministro Dias Toffoli viajar em um avião do "cara do banco Master" e depois ele decreta o sigilo do processo. Ninguém pode ver [ter acesso ao processo], é um escândalo isso aí. Ministro Dias Toffoli, achei um escândalo, tem que explicar isso para a sociedade. A Câmara dos Deputados faz de tudo para proteger. O deputado é ligado ao PCC, nos morros do Rio de Janeiro? Eles protegem! Penso que o nosso país tem que reagir. Primeiro, indo às ruas, dizendo que não aceitamos projeto dessa natureza, para proteger quem comete crime no Brasil. Segundo, o ano que vem tem eleição e temos que escolher melhor o deputado federal, que vai para Brasília votar, porque vai interferir na vida da gente. Vamos escolher melhor o senador. O time do Bolsonaro está querendo eleger senadores, sabe para quê? Para pedir impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Que lindo projeto esse, não é? Que lindo projeto! Não é para eleger senador para fazer um projeto para melhorar a vida do povo, não! É para livrar a cara dos bandidos. Faço um apelo, acho que os movimentos sociais, a sociedade civil organizada, precisa se manifestar e estou pronto para ir às ruas de novo, para fazermos um grande protesto neste país contra o que está acontecendo na Câmara dos Deputados. É uma vergonha! Penso que o país não pode mais conviver com esses casuísmos que são cometidos para proteger bandido. O Glauber Braga, que deu uns sopapos bem dados num jovem do MBL, que ficava atrás dele enchendo o saco, vai ser cassado. Vamos ver, porque nos próximos dias disseram que vão cassar Carla Zambelli... Foram rápido, não é? Eduardo Bolsonaro, dez meses tramando contra o Brasil... Alexandre Ramagem, que participou da trama golpista e está nos Estados Unidos, vamos ver se serão cassados. O Eduardo Bolsonaro vai perder o mandato, mas vai continuar elegível, porque é por falta. Então, é uma vergonha. Era isso, senhor presidente, obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Vou transferir a fala, mas antes, embora não esteja podendo falar muito, quero me manifestar sobre um projeto de lei que suspende a liberação das aulas de educação para o trânsito. Acho um negócio extremamente temeroso. Somos o maior país em número de acidentes de trânsito, com cinquenta mil mortes por ano. Um país cujo problema de segurança viária é um dos mais sérios que temos. Como que libera? "Ah, porque vai reduzir os custos". Tudo agora é um negócio de reduzir custos. Com uma questão que envolve segurança do transporte viário? Vou abordar esse tema em um outro momento, porque não estou em condições de fazê-lo, mas fiquei extremamente surpreso com uma medida dessa natureza. Encerro a minha fala e agradeço, senhor presidente, a sua fala no início da Sessão. Estou bem tranquilo, foi apenas um procedimento cirúrgico para tirar um abcesso no rosto e, por isso, estamos aí, meio cambaleando, mas estamos bem. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero parabenizar, mais uma vez, Vossa Excelência, principalmente pela atuação e pelo compromisso na CCJR. Para corroborar com sua informação, o Brasil é um país totalmente contraditório. Há poucos

anos, não houve só a mudança no ritmo e no regime para tirar a carteira de habilitação, as autoridades nacionais, os estudiosos do trânsito, exigiram que as aulas fossem filmadas, gravadas, que todos os instrutores tivessem cursos superior, número de horas para trabalhar e carro especial. Foi exigido, inclusive, simulador para que as pessoas fizessem simulação. Fizeram exigências que nem na Europa tinha. Retiram algumas proibições e, daqui a pouco, não vai precisar de mais nada para tirar habilitação. Igual à exigência do kit de saúde, que foi exigido em uma semana e no final da outra semana já não precisava do extintor. O povo brasileiro fica sem saber, que nem biruta de aeroporto: uma hora está em uma posição e, em outra, está de outro jeito. Esse negócio da carteira de habilitação é estranho. Sei que o custo é alto, mas estranha muito esse fato, por causa do nível de acidentes que nós temos, por causa do nível de trânsito. De repente, não precisará mais nem de autoescola, basta ir e fazer a prova. É um assunto para a gente debater. Estamos ainda com alguns minutinhos do Grande Expediente. O último a falar...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu inverti minha fala, cedi, porque eu já estava falando, cedi minha fala para o deputado...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para o deputado João Henrique... Mas Vossa Excelência já tinha... Não! O deputado Junior Mochi já tinha passado, ele estava inscrito antes do deputado Pedro Kemp. É uma questão regimental. Tem que seguir a questão de ordem...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente? O deputado Junior apenas fez uma questão de ordem para fazer uma fala...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mas não era a fala dele no Grande Expediente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim, ele fez uma questão de ordem. Ele foi chamado, fez a fala dele e estava anunciando que inverteu o tempo, que eu pedi gentilmente para ele fazer isso. Esperei ouvindo ele fazer, para que eu pudesse, mas, como o senhor chegou e continuou complementando, eu não ia interromper e aguardei aqui. Se eu não puder falar, não tem problema, amanhã eu falo, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para esclarecer, o deputado Junior Mochi já tinha passado a vez dele, não inverteu. O deputado Junior Mochi já tinha passado a vez de ele falar e foi abrir uma exceção só para fazer uma questão de ordem. Nós vamos... Para cumprir o Regimento Interno, Vossa Excelência terá a palavra amanhã com toda tranquilidade. Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor primeiro-secretário se há quórum para a deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para a deliberação, senhor presidente, são vinte deputados presentes.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de agradecer, pelas presenças, às seguintes pessoas: Evaldo Carlos de Souza, vice-prefeito de Mundo Novo; Marlon Bueno, diretor de Patrimônio do município de Mundo Novo; deputado Londres Machado, nosso líder, que acaba de chegar; Alcir Dias, vereador do município de Alcinópolis; Ademir Luiz Muller, vereador do município de Alcinópolis; Walter Ronis, vereador do município de Alcinópolis; Evelyn, presidente do Sisalms; Luiz Alexandre, vereador do município de Bela Vista; Ederson Dutra, vereador do município de Naviraí; Jefferson Rodrigues, o Jefinho, vereador do município de Itaquiraí; Robinho, vereador do município de Rio Verde. Obrigado pela presença em nossa Casa. Mais uma vez, o nosso agradecimento especial à CCJR, especialmente ao deputado Junior Mochi, pelo compromisso e quero pedir aos deputados membros das comissões de méritos, porque temos projetos calendarizados que precisam ser votados amanhã, terça e quarta-feira, no encerramento do ano legislativo; portanto, precisamos do empenho de Vossas Excelências. O deputado Lucas de Lima está presente no Plenário? Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 163/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre a possibilidade da realização de orientação e de treinamento sobre a manobra de Heimlich (manobra de desengasgo) durante o acompanhamento pré-natal das gestantes assistidas na rede de saúde pública e privada do Estado de Mato Grosso do Sul". Redação final elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 163/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. O deputado Renato Câmara demorou porque ele está empolgado com avicultura de Sidrolândia. Os senhores tinham que ter visto a atuação dele ontem. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Emenda Constitucional nº 001/2025. Autor: deputado Zé Teixeira, em coautoria com os deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Caravina, Gerson Claro, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Pedro Kemp e Zeca do PT. "Dá nova redação ao caput do artigo 88 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, para modificar a data da posse do governador e vice-governador e dá outras providências". A Comissão Especial de Reforma Constitucional emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Londres Machado. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 001/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira, em coautoria com os deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Caravina, Gerson Claro, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Pedro Kemp e Zeca do PT.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 299/2025. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado (TFSG) do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão... Só um minutinho, porque não abriu ainda o Plenário, hoje está tudo... Só um minutinho, vamos colocar no sistema de novo para não ter que votar nominal. Nós, os mais antigos, ainda não nos acostumamos com o sistema...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Deputado Londres já está acostumado, ele já está acostumado porque desde a Apollo 13 é assim: desliga e liga. Corrigindo, Apollo 11, por determinação do deputado Paulo Duarte. O deputado Londres Machado subiu no foguete, porque foguete não tem ré.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Presidente, vamos votar sim ou não, tem microfone aqui.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Enquanto o pessoal coloca no sistema, quero registrar que ontem tomou posse em Brasília — deputados Londres Machado e Zé Teixeira, para a gente fazer uma moção especial —, o senhor Marcelo Bertoni, como primeiro-vice-presidente da Secretaria da Confederação Nacional da Agricultura. Uma honra para Mato Grosso do Sul, uma pessoa do estado em uma



representação nacional do agronegócio. Está encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente, enquanto estamos em votação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Queria também dizer das vitórias da nossa senadora Tereza Cristina e dos nossos líderes no Senado Federal que, ontem, aprovaram o marco temporal por ampla maioria e isso vai acabar com a discussão da questão indígena. Fizemos uma CPI da questão indígena nesta Casa, quando fui presidente e a segunda coisa importante a se registrar, é que se adiou, deputado Londres Machado, para 2035 a regularização da faixa de fronteira, das propriedades que tinham até o final deste ano para serem regularizadas.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, já discutimos nesta Casa, várias vezes, sobre a regularização de faixa de fronteira. O que o Congresso fez? Fez uma lambança, acho que não estudaram o que votaram, porque os títulos de Mato Grosso do Sul... O último título emitido foi em 1962, portanto, não existe faixa de fronteira a ser demarcada, porque quem estava dentro dessa faixa antes de 1964, a faixa de fronteira era sessenta e seis quilômetros; depois de 1964, essa faixa de fronteira passou para cem quilômetros; depois, passou para cento e cinquenta quilômetros. Então eles teriam que ter votado a lei de forma escalonada, porque uma lei não desmancha a outra! Até 1964 a faixa de fronteira era sessenta e seis quilômetros! Tanto é que eu entrei na Justiça — só para explicar, presidente, o deputado Paulo Corrêa fez uma colocação e eu quero explicar —, que mandou o cartório de Caarapó averbar, porque o título foi requerido antes de 1964. Então, essa faixa de fronteira está mal explicada. Só para esclarecer para o deputado Paulo Corrêa, é igualzinho... Vim aqui, anteontem, e o deputado Zeca do PT estava falando que iria a uma reunião de quilombola em Picadinha. Lá existe um título de senhor Desidério, ele comprou a terra igual a qualquer um... Que quilombo tem lá? É o maior absurdo do mundo ver uma discussão tola! Se o senhor Desidério veio de Minas Gerais e comprou uma terra igual a qualquer um, como é que tem quilombo lá, se os descendentes deles são herdeiros?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É um debate interessante para outro momento.

Projeto de Lei nº 299/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos as seguintes presenças: do senhor Robson Rodrigues Machado, vereador do município de Rio Verde, o Robinho; do Jefferson Aislan, vereador do município de Coxim; do Maurício Helpis, vereador do município de Coxim; da Adriana Naban, vereadora do município de Coxim; do Professor Leonardo, vereador do município de Paraíso das Águas; do José Divino, o Fio do Povo, vereador de Paraíso das Águas. Obrigado pela presença em nosso Plenário. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 300/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo estadual a conceder investimento social sem retorno pela execução de melhoria habitacional e de infraestrutura urbana e comunitária para famílias integrantes do loteamento Novo Samambaia, no município de Campo Grande, no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional por meio do Poder Público (Pró-Moradia), modalidade Periferia Viva — Urbanização de Favelas — Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes — Novo PAC, com recursos financiados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Só para dar continuidade à fala passada. Quero parabenizar a Corregedoria-Geral de Justiça pelo provimento de ato normativo — porque foi um ganho gigante, atendendo à pauta da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária — que considerou atualizada, para fins de utilização e procedimentos de ratificação, a certidão de transição ou de matrículas encerradas expedidas a menos de um ano, ou seja, essas matrículas, a cada três meses, precisavam



ser atualizadas e, a partir de agora, é considerada atualizada de um ano para cá. Então, atendeu-se ao pedido da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária, atendendo, também, os produtores rurais. Parabéns ao nosso Tribunal de Justiça.

Projeto de Lei nº 300/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 228/2025. Autora: deputada Lia Nogueira. "Denomina Centro de Especialidades Médicas Doutor Ronaldo Borges Silva o Centro de Especialidades Médicas do Hospital Regional de Dourados". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Enquanto isso, quero registrar os nossos parabéns, porque hoje é aniversário da nossa querida deputada Gleice Jane, que deve estar em Dourados fazendo a festa de aniversário dela. Está registrado, em nome Casa. Parabéns, deputada! O Professor Riverton, vereador de Campo Grande, o "Danadinho da Rádio Difusora", também faz aniversário hoje. Nossos parabéns, em nome da Assembleia Legislativa. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 228/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) – Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) – Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 309/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Fundo Rotativo Penitenciário, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e administrado pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Agepen/MS)". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 309/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.



DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 310/2025. Autor: Poder Executivo. "Reorganiza a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (Pepsa), o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (Pesa) e o sistema de gestão desse programa, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Registro e agradeco às seguintes presenças: Simone Gomes, vereadora do município de Coxim; Bruno Bogaz, vereador do município de Angélica; Mirko Barbosa, vereador do município de Angélica. Obrigado pela presença na nossa Casa, a Casa da Democracia.

Projeto de Lei nº 310/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).



Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 8. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 311/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo a transformar a Empresa de Gestão de Recursos Minerais (MS-Mineral) em sociedade de economia mista, altera a sua denominação para Companhia Gestora de Ativos Ambientais de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima (MS Ativos Ambientais), e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, ao projeto, com as Emendas Modificativas nºs 01, 04, 05 e 06 e com as Emendas Supressivas nºs 02, 03 e 07, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Enquanto votam, lembrando da força-tarefa nas comissões de mérito, para encerrarmos, impreterivelmente, no dia 17 de dezembro, para termos bastante tempo de viagem, ano importante de visita aos municípios.

Projeto de Lei nº 311/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 9. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 314/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), de que trata a Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e a celebrar contratos e termos aditivos de contratos de refinanciamento de dívidas com a União no âmbito do Propag, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 314/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).



Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 10...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, não poderia deixar de falar. Estava comentando com o deputado Jamilson Name o quanto é admirável... Estava vendo os dois decanos desta Casa, os deputados Londres Machado e José Teixeira brigando, no bom sentido, batendo boca, por causa de projeto e "outra coisa". Fiz questão, porque admiro duas pessoas com mais de oito décadas, que viram este estado nascer, um foi ex-governador. Enquanto muitos estão de chinelinho, com bem menos idade, os "caras" estão aqui com essa vitalidade. Acho que poucas Assembleias Legislativas têm essa oportunidade de ter duas figuras como essas. Queria publicamente elogiá-los. Fui até aí separar a briga de vocês dois, mas, com certeza, eu tenho um respeito muito grande para essas duas figuras. É admirável a vitalidade deles com mais de oito décadas. Queria só fazer esse registro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Levando para o futebol, estão batendo um bolão. O Ronaldo Fenômeno aposentou lá na Europa, veio para cá e ganhou um campeonato para o Corinthians. Estão aqui, os dois, ganhando o campeonato de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Acho que, na velocidade, não vai dar; coloca no meio, porque para tocar de lado ainda dá.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com certeza. Item 10. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, quatorze indicações, duas moções de protesto, uma moção de aplauso e cinco moções de congratulação. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 11. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento da senhora Ângela Maria Chicrala Borges Figueiredo; proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da Senhora Ângela Nayhara Guimarães. Moção de pesar e de indignação, essa é vítima de feminicídio, que nos indignou essa semana. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às

EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Ouvi com muita atenção a fala do deputado Pedro Kemp, até pedi um aparte a ele, mas o tempo dele não estava suficiente e ele não pôde me atender. Quero expor o meu ponto de vista e o meu contraponto. Tudo que se fez neste país... Eu conheço, desde Getúlio Vargas, as brigas... Conheço o período de Vargas. Assisti, com vinte e quatro anos, a Revolução de 1964. Assisti ao que o Partido dos Trabalhadores fez na briga do Araguaia e fez no Rio de Janeiro, como assalto a banco e tal. Assisti a tudo isso, porque eu tinha vinte e quatro anos. Não era um mundo com tanta tecnologia como hoje, mas os jornais Folha de São Paulo, a revista Veja e o Estadão noticiaram. Interessante que essas pessoas que fizeram tudo isso, e muitas estão vivas, o Fernando Henrique foi exilado, voltou e foi presidente da República. Muitas dessas pessoas que estão vivas, como Lula, Dilma Rousseff, foram anistiadas do que fizeram e ainda recebem um salário. Aí não é pecado! Aí é investimento! Quando chamaram o filho do Bolsonaro de bandido, vou dizer que houve exagero, porque, no mínimo, ele é irresponsável... O Ramagem, o que ele deve? Nada! Essa Zambelli é uma desequilibrada, no meu ponto de vista. Então, [o placar] será três a um, porque vão cassar esse maluco que bateu no rapaz e vão cassar três, já está pautado, da direita. Para usar a tribuna de uma Casa de Lei e colocar uma ideologia, tem que colocar uma ideologia com equilíbrio, certo? Não pode dizer que fulano é um bandido, é um fujão. O Bolsonaro com uma facada na barriga... Para matar ele, para ele não ser eleito, porque foi a esquerda que fez isso, está provado. Ele, pelo menos, foi homem; mesmo doente, com a facada e com tanta cirurgia, não fugiu. Ele está aí, condenado a vinte e sete anos de cadeia, não vai viver esse período todo, mas ele está lá por causa da irresponsabilidade do atual presidente da República, porque no dia 1º de janeiro de 2023, ele estava eleito. Em 8 de janeiro, foram oito dias depois que ele assumiu a presidência da República, quem indicou o chefe da Casa Civil foi ele, quem indicou o comandante do Exército foi ele, quem indicou o comandante da Marinha foi ele. Por que ele não pôs o Exército na rua? Por que ele pegou o jato dele e foi para Araraquara? Há muitas coisas, quando falamos desse golpismo, que sou contra o que fizeram, sou 100% contra, mas, existem as imagens de quem fez a baderna, existem as imagens de quem quebrou o patrimônio público, existem as imagens de quem atrapalhou a história, existem as imagens de quem sentou na mesa do presidente do STF, existem as imagens das pessoas... Essas pessoas, por mim, podem ser condenadas à prisão perpétua. Não tem problema, porque estão erradas. Agora, muitas pessoas que vendem bolo, vendem pirulito, vendem sorvete, porque pegou um batom e escreveu uma frase dita por um ministro, "perdeu mané", toma quatorze anos de cadeia? Só se eu não tivesse equilíbrio emocional para não pensar e não vir a esta tribuna para falar o que estou falando. Está certo um ministro — com todo respeito que eu tenho, porque eu adoro o ministro Gilmar Mendes, tem uma história — pegar a caneta e mudar um ato de impeachment, que é competência exclusiva do legislador? Em que Brasil nós estamos? Qual é o direito de defesa que deram? Nada! Peguem a Veja, peguem o noticiário do advogado que esteve junto... Esse Zanin, é um crime esse homem estar lá, no meu ponto de vista, porque ele era advogado do atual presidente. Ele bateu muita boca com o Moro dentro do Judiciário, como que ele vira

ministro? O Brasil não é tolo, são coisas que o Brasil está vendo o que que está acontecendo e sabe o momento que nós estamos passando, um momento de irresponsabilidade. Ontem foi votado o marco temporal. O que discutiram no marco temporal? Nada! Todos que fizeram o uso da palavra disseram que estavam discutindo o que está na Constituição; é o artigo 231, onde o índio estiver presente, tem cinco anos para ser demarcado. Não demarcaram, aí criaram o Decreto nº 1.775, para ver se o índio foi expulso de lá, a cachorro ou a tiro e tal, que são histórias escritas por antropólogos, porque quando chegamos aqui — é fácil até de qualquer jovem entender —, a reserva das aldeias Jaguapiru e Bororó foi feita em 2023, o título está lá, foram oitenta pessoas em três mil, setecentos e cinquenta hectares de terra. Hoje, são onze, doze ou treze mil no mesmo tamanho. Se precisar comprar mais terra, é problema do Governo Federal. Não podem tirar um produtor rural, que recebeu um título correto após a Proclamação da República... Quando houve a Proclamação da República, eles queriam receber um título correto. Quando Getúlio Vargas veio aqui, retirou o índio de dentro de trezentos e sessenta mil hectares de terra e distribuiu doze mil títulos para doze mil brasileiros que vieram do Nordeste, do Rio Grande do Sul, na Vila Brasil, onde hoje estão os municípios de Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Deodápolis, Glória de Dourados, Douradina. Era tudo terra que Getúlio Vargas, como presidente da República, doou. Como que vai tomar das pessoas hoje? Como que um índio de dezoito anos vem dizer que uma fazenda — que comprei há anos, quando vim da Bahia para São Paulo e de São Paulo para cá, comprei e paguei dentro da lei — é dele? Há sessenta anos que eu estou lá! Se um índio de dezoito anos tem direito, por que meu filho, com sessenta anos, que nasceu lá, não tem direito? Qual é a diferença entre o índio e o branco? Nenhuma. Todos somos brasileiros. O que estão fazendo? Colocando uma regra, porque no Brasil não tem um milhão de índios. Fernando Collor de Mello criou uma reserva indígena para dezenove mil índios no norte de Mato Grosso, que passam fome em um milhão de hectares. Morre gente por falta de nutrição! Em Roraima, pegaram 70% do estado e criaram a reserva Yanomami. O que acontece hoje? Nada, meu filho, quem plantava arroz para produzir comida está passando fome e os índios que pegaram um milhão de hectares também estão passando fome. Qual foi o conserto que fizeram para este país? Nada! É só ideológico, é só a maneira de pensar. Quem está aqui para ser legislador não precisa pensar em direita, não precisa pensar em esquerda, não precisa pensar em centro, precisa pensar no que é correto, porque o direito de um não se sobrepõe ao direito do outro! Não se vê uma discussão no Congresso Nacional sobre uma educação de qualidade para as pessoas aprenderem; não se fala em cursos profissionalizantes, sendo que aqui estão chegando várias empresas que têm que trazer gente de fora. O SUS tem dezesseis, dezoito anos [sic] que nasceu e dizem que é bom demais, é um direito de todos e um dever do Estado. Cadê o acesso das pessoas que estão morrendo por falta de vaga para fazer uma cirurgia? Ninguém fala disso. Só ouvimos falar de cesta básica, de vale-renda, de vale-gás. Dominam as pessoas para elas ficarem devendo. Isso ocorre no Nordeste, porque no Rio Grande do Sul não tem isso, em Santa Catarina não tem, no Paraná não tem, em São Paulo não tem, em Goiás não tem. Isso não ocorre em Mato Grosso, que será o maior estado em questão produtiva, mas lá o índio trabalha em comum acordo com os parceiros e está ganhando dinheiro. Está se formando em Agronomia, está sendo piloto de avião, está trabalhando para as pessoas, porque o índio não quer apito, ele quer ser gente, quer ser tratado com respeito e dignidade,

ele quer ter o carro como nós temos, ele quer ter a sua casa própria, ele quer ter o direito de viver, ele quer ter o direito de plantar e comprar, em vez de receber comida, porque a cesta básica que o Governo oferece não dá para quinze dias; nos outros quinze dias ele passa fome, porque está na terra mas não produz nada. Sabem por quê? Cadê o investimento? O que o Governo Federal está fazendo para o índio? Nessa reserva indígena de Dourados, que tem onze, doze, treze mil índios, depois de cento e dois anos, somente agora que estão pensando em colocar água. Sabem de onde vem o dinheiro? De Itaipu, que vai investir em parceria com a Sanesul, que tem o "know-how" para fazer e que vai pôr água, porque não é mais uma reserva indígena, é um distrito de Dourados, onde tem que fazer rua, tem que colocar faculdade, ensino bom. Ontem, eu estava vendo o senador, que foi governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, dizer: "Tive orgulho de fazer vinte e três escolas indígenas no meu Estado de Santa Catarina. Tenho orgulho de uma moça que trabalha no meu gabinete ser indígena e ser formada em faculdade que eu construí". Falam que tem que melhorar a vida do índio, mas cadê o investimento deste Governo? Não existe! Vossa Excelência, que luta tanto para regularizar as terras, qual é o investimento que este Governo tem — à luz do dia e claro — nos assentamentos para as pessoas poderem produzir? Qual é o banco? O que ele tem de calcário? Qual é o adubo que ele fornece? Qual é o maquinário para um coitado tombar a terra? Cadê o plano de semente? Não existe! Vossa Excelência conhece o estado igual à palma da mão e é agrônomo, sabe do que estou falando, sabe que é verdade. Então, não adianta vir aqui...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com certeza.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Deputado Zé Teixeira, o senhor que é militante nessa área há muito tempo, uma coisa em que sempre ficamos pensando, como que ainda existem assentamentos com mais de trinta anos em que o produtor não tem o seu título na mão? Por que ele não tem o título na mão? Essa é uma pergunta que todos nós queremos fazer, sendo que a legislação determina o prazo de dez anos para ele ter o título, para ele fazer financiamento, para ele ter a liberdade de produzir aquilo que quiser. Parece que os assentamentos foram feitos para ficar "ad aeternum", sempre o produtor dependendo da União com relação a ter esses títulos na mão. Essa é uma luta que Vossa Excelência tem feito, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e temos que fazer ações para dar a liberdade para o nosso produtor rural nos assentamentos. Parabéns, deputado Zé Teixeira!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vou incorporar o seu pronunciamento em nossa fala. Sei do seu trabalho, da luta para regularizar essas ratificações, para regularizar os lotes, isso é uma verdade. No município de Caarapó, divisa com Fátima do Sul, fizeram uma baita de uma festa. Até ajudei na festa, não fui, mas ajudei. Foram a prefeita e uma porção de gente para a entrega de quarenta títulos. Para isso não precisa de festa, gente! Tem que ir lá, entregar o título e deixar a pessoa trabalhar, fazer o que bem entender. Quer vender? Vende! Quer tocar a sua vida? Toca! Quer ensinar seus filhos?

Ensina! Cada um é livre para fazer o que bem entender. Não poderia ficar calado, ao ouvir que um é fujão, o outro é não sei o quê, anistia... Não existe anistia, o que existe foi a injustiça, porque não deixaram os advogados das pessoas que estão pagando um preço absurdo... O que o Bolsonaro fez? Ele nem estava no Brasil, saiu antes do Natal e estava nos Estados Unidos. Quem era o presidente da República era senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Por que ele não colocou o Exército nas ruas para combater? Agora está penalizando os policiais do Distrito Federal! O Exército estava em Brasília, era só ele ter dado ordens para os ministros da Justiça e das Forças Armadas para colocarem o Exército nas ruas para combater a baderna. Aquilo não foi golpe de Estado coisa nenhuma! Foi uma pouca vergonha, uma baderna o que as pessoas fizeram lá. Todos que depredaram, que quebraram, que pegaram os extintores têm que ser presos, está filmado! Agora, uma coitada de uma velha que faz biscoito, com a bandeira nas costas, sem fazer nada, tomar doze anos de cadeia? Uma mulher, porque escreveu de batom "perdeu mané", pegar quatorze anos? Isso é uma vergonha! Quem tinha que perder o mandato é quem falou essa frase, porque ele tem que respeitar, ele não pode ter lado, igual àquele ministro que aposentou e disse: "Acabamos com o bolsonarismo". Quem é ele? É um ministro. Ele vai julgar, mas esse homem pode julgar? Não! Porque ele tem lado, ele é do lado canhoto que não serve... Não podemos ter lado, temos que ter consciência de que, para todos nós vivermos com dignidade e com respeito, temos que ter união, respeitar as leis, um respeitar o outro e acabou. Esse é o projeto. Quando o Bolsonaro foi presidente da República não houve uma invasão de índio e nenhuma invasão de sem-terra. Por quê? Porque tinha lei, porque está escrito na Constituição, porque tinha respeito. Invadir é crime. Invadir é desordem. Invadir é baderna. E por que hoje estão invadindo? Porque tem o apoio 100% da esquerda, porque tem apoio 100% de algumas autoridades constituídas que fizeram concurso para cumprir a lei e não a cumprem, porque têm lado. Muito obrigado pela paciência de Vossa Excelência, presidente, mas não poderia deixar de vir aqui e fazer a minha colocação, porque achei um absurdo. Quem fez uma baderna em 1964, porque houve revolução e o Exército foi para rua, essas pessoas estão todos anistiadas e, além de anistiadas, ainda recebem salário do nosso Brasil. Não poderia deixar de dizer isso aqui, porque é realmente o que penso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Quero agradecer a presença do vereador Flavinho Lopes, de Bela Vista, e parabenizá-lo pelo trabalho. Flavinho leva a informação nas ondas do rádio, fazendo um trabalho importante na Câmara de Vereadores de Bela Vista, junto com a sua assessora Neia, que também nos orienta. O vereador está sempre em Campo Grande, em busca de recursos, em busca de emendas, é muito importante a sua presença aqui, porque é a presença da população de Bela Vista. Seja sempre muito bem-vindo e leve nossa mensagem de apoio a toda população de Bela Vista. Você sempre vem aqui com demandas para que possamos fazer esse trabalho conjunto com a Assembleia Legislativa e a Câmara de Vereadores de Bela Vista. Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h27min).